

MANIFESTO AUTÁRQUICO PARA A SAÚDE NO DISTRITO DE SETÚBAL

No distrito de Setúbal, a saúde tem sido negligenciada pelos sucessivos governos PS/PSD. Durante décadas, as populações da Península de Setúbal estiverem dependentes da oferta existente no concelho d e Lisboa, mesmo para situações de urgência e emergência, circunstância ainda mais grave a sul do distrito, onde a falta de respostas em saúde resulta em deslocações superiores a 40km até uma unidade hospitalar.

O desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS), agravado pela austeridade imposta pela Troika e, até hoje, não revertido na totalidade, deixou o distrito de Setúbal numa situação alarmante, onde as ofertas em saúde escasseiam e deixam milhares de cidadãos e cidadãs sem qualquer apoio. O acesso aos cuidados de saúde, as disparidades nos determinantes ambientais e sociais da saúde, as desigualdades no estado de saúde das comunidades e a relação com o SNS foram das dimensões mais afetadas, cujo impacto económico e social não pode ser escamoteado.

A pandemia de COVID-19 veio tornar clara a fragilidade estrutural do SNS e agravou as dificuldades pré-existentes. Num distrito marcado pela dificuldade no acesso aos cuidados de saúde, o principal efeito colateral direto da pandemia - a suspensão da atividade programada - assume-se como uma verdadeira bomba-relógio para a qual são necessárias soluções urgentes.

Mais do que nunca importa dar o salto qualitativo nas políticas de saúde e de educação para a saúde, invertendo, necessariamente, o paradigma vigente para o paradigma salutogénico. De um sistema de saúde essencialmente, e ainda, organizado para resposta secundária e terciária, importa investir num sistema que capacita as/os utentes para o autocuidado e assumir um papel ativo nos seus processos de saúde individual, familiar e social. É, nesta medida, que as autarquias podem fazer a diferença.

O espaço público deve ser promotor de projetos positivos de saúde, iniciativas centradas na prevenção da doença e na promoção da saúde, onde são destacadas medidas protetoras e incrementadoras da qualidade de vida das cidadãs e dos cidadãos, em conjunto com um planeamento urbano sustentável, que incentive a adoção de hábitos de vida saudáveis.

Os ganhos em saúde requerem investimento e consistência programática, pelo que os programas a desenvolver devem ser de carácter intersectorial e duradouro. É urgente recuperar e alavancar a atividade do SNS, combater as desigualdades na saúde e potenciar os indivíduos, as comunidades e os recursos existentes, avançando-se com políticas públicas em várias dimensões complementares: a saúde verde, saúde digital, integração de cuidados e a participação cidadã.

O Grupo de Trabalho da Saúde do Bloco de Esquerda do distrito de Setúbal propõe:

- A) Caderno reivindicativo ao Governo central (página 2)**
- B) Agenda autárquica (página 3)**

A) Caderno reivindicativo ao Governo central

- Descentralização dos serviços de ambulatório para os centros de saúde;
- Programa de investimento em equipamentos de tecnologia hospitalar para a realização de exames complementares de diagnóstico, de forma a recuperar o atraso da última década (nomeadamente equipamentos de imagem e laboratoriais);
- Garantir o funcionamento pleno da Unidade de Urgência Pediátrica do Hospital Garcia de Orta e do Serviço de Urgência Pediátrica do Hospital do Litoral Alentejano, assegurando a presença de pediatras 24 horas;
- Abertura do novo Serviço de Urgência do Hospital do Litoral Alentejano;
- Reabertura das extensões de saúde de Canal Caveira (concelho de Grândola), das freguesias de São Bartolomeu da Serra, São Francisco da Serra e de Deixa-o-Resto na freguesia de Vila Nova de Santo André (concelho de Santiago do Cacém);
- Reabertura do Serviço de Atendimento Permanente do Centro de Saúde de Grândola (concelho de Grândola);
- Requalificação da extensão de saúde de Vila Nova de Santo André (concelho de Santiago do Cacém);
- Construção de novas extensões de unidades de cuidados de saúde primários, como por exemplo: Alto do Seixalinho (concelho do Barreiro), Baixa da Banheira (concelho da Moita), Corroios (concelho do Seixal), Feijó (concelho de Almada), Fernão Ferro (concelho do Seixal), Moita (concelho da Moita), Quinta do Conde (concelho de Sesimbra), São Francisco da Serra (concelho de Santiago do Cacém), entre outros;
- Reabertura da Unidade de Convalescença do Hospital do Litoral Alentejano (concelho de Santiago do Cacém);
- Amplificação da estrutura do Hospital de São Bernardo (concelho de Setúbal);
- Requalificação do Hospital Nossa Senhora do Rosário (concelho do Barreiro), Hospital do Montijo (concelho do Montijo) e do Hospital Ortopédico do Outão (concelho de Setúbal);
- Construção do Hospital do Seixal (concelho do Seixal) e das estruturas de Hospital de Dia e Centro de Desenvolvimento do Hospital Garcia de Orta (concelho de Almada);
- Efetivação da instalação de uma Ambulância de Suporte Imediato de Vida no Serviço Básico do Centro de Saúde de Alcácer do Sal (concelho de Alcácer do Sal);
- Reforço da presença e cobertura de saúde em zonas socialmente carenciadas;
- Aumento da dotação de profissionais dos serviços partilhados dos Agrupamentos dos Centros de Saúde, como psicólogos, higienistas orais e consultores hospitalares para as áreas mais relevantes;
- Reforço e alargamento das respostas de atendimento e acompanhamento especializado em saúde mental, nomeadamente no âmbito das consultas de Psiquiatria, Pedopsiquiatria e Psicologia;
- Construção de estruturas / recursos em saúde mental, que garantam uma cobertura global nas 24 horas e que permitam o acompanhamento de proximidade da pessoa e família da pessoa com patologia / alteração do foro mental, a par da ocupação e inserção na vida ativa da pessoa com doença / perturbação mental.

B) Agenda autárquica

- Construção (e atualização) de um Perfil de Saúde da população (que inclua matérias como saúde mental, morbilidades, impacto do COVID, estilos de vida), uma Carta de Equipamentos da Saúde e respetivos Planos de Desenvolvimento em Saúde, além dos Planos Locais de Saúde definidos, com o devido acompanhamento sobre a sua execução e mediante a auscultação e participação da população em debates públicos;
- Garantir viaturas para o correto funcionamento das Unidades de Cuidados à Comunidade, bem como o transporte de profissionais de saúde e utentes para cumprir os objetivos da vacinação contra a COVID-19;
- Fornecimento de todo o apoio logístico à consecução dos objetivos de monitorização e controlo da pandemia por COVID-19;
- Garantir as condições ideais para que os programas de saúde escolar atinjam uma cobertura universal no distrito e que abranjam matérias como prevenção da obesidade infantil, saúde sexual inclusiva, violência no namoro, prevenção das toxicodependências, entre outras;
- Instituição da presença e participação autárquica na implementação de políticas descentralizadas de rastreio médico e prevenção em saúde (diabetes, doenças cardiovasculares, doenças oncológicas, doenças sexualmente transmissíveis, saúde mental, visão, audição, VIH, etc.);
- Envolvimento das autarquias nas vertentes locais dos programas nacionais de saúde mediante a promoção de iniciativas de aconselhamento em saúde, numa perspetiva de prevenção, diagnóstico precoce e capacitação para o autocontrolo (vacinação, promoção do aleitamento materno, apoio psicoterapêutico, prevenção da obesidade e da obesidade infantil, prevenção e cessação tabágica, violência no namoro, saúde sexual inclusiva, monitorização da doença crónica, etc.);
- Criação de condições e luta política para a atribuição de um/a enfermeiro/a e médica/o de família a todos e todas as cidadãos e todos os cidadãos;
- Defesa de uma governança para a saúde inclusiva e democrática, mediante a revitalização dos conselhos da comunidade e a inclusão das/dos trabalhadoras/es e utentes na gestão das instituições de saúde;
- Implementação de programas de promoção da atividade física (programas gratuitos de promoção da saúde, construção de redes pedonais, ciclovias e corredores verdes, agenda de caminhadas e percursos pedestres, etc.);
- Desenvolvimento de políticas nutricionais, em articulação com produtores locais (programas de avaliação e aconselhamento nutricional, fruta na escola e nos locais de trabalho, programas contra o desperdício alimentar, criação de cozinhas comunitárias, etc.).

O Grupo de Trabalho da Saúde do Bloco de Esquerda no distrito de Setúbal